





ALGUNS APONTAMENTOS
SOBRE HISTÓRIA ORAL,
GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES

Losandro Antonio Tedeschi



Universidade Federal da Grande Dourados
Editora UFGD
Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti
Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
Redação/Revisão/Normalização: Raquel Correia de Oliveira
Programadora Visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2011/2012
Edvaldo Cesar Moretti | Presidente
Célia Regina Delácio Fernandes
Luíza Mello Vasconcelos
Marcelo Fossa da Paz
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação das imagens contidas neste livro e pelas opiniões nele expressas, as quais não são, necessariamente, as mesmas da UNESCO e não comprometem a organização.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

T256a Tedeschi, Losandro Antonio.
 Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres / Losandro Antonio Tedeschi – Dourados-MS : UFGD, 2014.
 63 p.

ISBN: 978-85-8147-089-4
Possui referências.

1. Mulher – Aspectos sociais. 2. Memória feminina. 3. História oral. I. Título.

CDD: 305.4

Responsável: Vagner Almeida dos Santos. Bibliotecário - CRB.1/2620

Sumário

Introdução	7
Percursos e influências da história oral nos estudos de gênero	16
As mulheres, a história oral e a memória coletiva	31
A memória e o silenciamento feminino	36
Perspectivas	58
Bibliografia	61



Introdução

As mudanças ocorridas nas abordagens da historiografia a partir da escola dos Annales fizeram nascer “novos sujeitos” a partir do cotidiano da história popular, dos oprimidos, dos silenciados etc. Até então, os(as) historiadores(as) evitavam investigar sobre a história do tempo presente, na crença de que estudar o passado e o tempo lhes outorgava um suposto olhar objetivo sobre o acontecimento. Via-se com temerosidade o(a) pesquisador(a) ser ao mesmo tempo sujeito e objeto do trabalho e temia-se o envolvimento subjetivo do (a) historiador(a) posto em um tema da história do presente, que pudesse distorcer a objetividade na análise dos fatos.

Mesmo assim, muitos(as) historiadores(as) chegaram à conclusão de que o método tradicional carecia de validade em relação aos objetivos da própria investigação, por isso, os(as) pesquisadores(as) têm se colocado na tarefa de garimpar e aprofundar metodologias e técnicas participativas, com

o intuito de descobrir histórias de sujeitos ocultos, silenciados por questões de raça, gênero, classe, etnia...etc.

Atualmente existe o conceito de que não há “verdades absolutas”, especialmente na área das ciências sociais, embasada nas teorias pós-modernas, as quais apontam que em toda a afirmação existe sempre um olhar de subjetividade e de eventualidade. Isto não implica relativismo, ao contrário, uma certa consciência do caráter provisório dos conhecimentos, que somente se legitimam através de discursos de poder de especialistas, no sentido proposto por Foucault¹.

Vivemos num mundo onde emergem novas identidades culturais, sexuais e sociais, buscando afirmação, deletando fronteiras, apagando tabus e ocupando espaços políticos, num tempo de cruzamento de fronteiras e de ruptura das velhas certezas e práticas sobre o conhecimento humano. Para o(a) historiador(a) que cumpre uma função social, o desafio seria estimular e contribuir para que as condições de registro da memória possam se efetivar, levando em conta aquilo que Pierre Nora nos diz sobre a necessidade de homens e mulheres alimentarem a história com os resquícios do passado².

1 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

2 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

O desenvolvimento da história oral³ como parte de um método de investigação participativa abriu-se como um campo promissor em relação à tarefa de descobrir “novos” sujeitos, sua ação e interpretação do presente, apoiada na sua consciência do passado. Busca pontos de encontro entre a disciplina histórica, a antropologia e as ciências sociais, como parte de um processo de construção da memória individual e coletiva, fruto de um trabalho compartilhado e participativo dos sujeitos – protagonistas de uma dada realidade.

Nesse sentido, o que temos no presente é o entendimento de que toda a investigação histórica é necessariamente provisória, um avanço, um embasamento sobre os pontos de novos aportes no futuro. A história que se escreve hoje será sucessiva e inevitavelmente re-elaborada em cada contexto futuro. Isso não invalida a escrita no presente, pelo contrário,

Projeto História, v. 10, PUC-SP, 1993.

3 A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então difundiu-se bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros. Ver: ALBERTI, Verena. *Ouvir*, contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

reforça a sua utilidade: a história escrita dá conta do passado, mas ao mesmo tempo, do olhar e do contexto em que se escreveu sobre esse passado. A história é uma estrada onde as pessoas trilham e constroem, em parte, suas identidades⁴.

Ao tomar a História como leitura e entendimento sobre o passado e o presente, parece-me importante uma perspectiva que possa questionar o sistema de regras, valores morais, conceitos, procedimentos lógicos, sobre “leituras” e “significados” produzidos pela história, e que nos leva a uma obrigação moral de fazer as perguntas cruciais e vitais sobre o ofício e o papel de historiadores(as), sobre o trabalho que realizamos e a nossa responsabilidade.

Por anos a historiografia atual marcou seu caráter político, ao marginalizar amplos setores sociais das páginas da “história” sem temer, aparentemente, maior justificativa. Por sua vez, a historiografia marxista na década de 1960-70 buscou afanosamente descobrir nossa “realidade histórica” a partir da determinação dos modos de produção, de classe e dos processos dos grupos subalternos, privilegiando, a história econômica e social acerca do político, do cultural. Mais do que critérios históricos, aplicaram-se nas análises critérios

4 Sobre a história como prática e teoria ver: JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

economicistas sem levar em conta questões de gênero, de raça, etnia etc.

A racionalidade hegemônica, o pensamento único, patriarcal, colonizador, o consenso fabricado sobre os campos de significados produzidos acerca da sociedade, a ciência, a cultura, a política, entre outros, apagaram a memória desses grupos, negando o passado e reificando o presente, levando mulheres, negros e indígenas a lutar pela desnaturalização desses discursos.

Porém, a atenção aos regimes de produção discursiva implicou em um retorno a esse espaço de indeterminação, para captar o modo como foram fabricados os regimes de verdade e o estatuto do erro⁵, levando os historiadores(as) a se interrogarem sobre as diversas modalidades de fabricação e percepção do acontecimento a partir das narrativas, das tramas da escrita da história.

Transcorridos muitos anos, as narrativas dos “novos protagonistas” da história ainda se fazem alheios. É nesse momento que se adquire o sentido da história oral. A historiografia atual oferece um debate ainda pendente, relativo aos fundamentos da teoria histórica em que mais da metade da população ficou alijada enquanto objeto de estudo. É por

5 Na perspectiva de Foucault.

esse motivo que uma aproximação com o tema da história das mulheres, dos estudos de gênero, da memória feminina desde a perspectiva da história oral se faz necessário para possibilitar a entrada na cena historiográfica desses sujeitos.

Neste pequeno texto introdutório, pretendemos discutir alguns elementos no campo da história oral, onde se abrem amplas perspectivas de investigação e conhecimento doo setores populares, das “minorias”; no caso aqui proposta sobre a história das mulheres e os estudos de gênero.

A atualidade exige que a teoria histórica seja debatida de acordo com as necessidades do presente. A sociedade muda rapidamente. Um documento, uma fonte oficial, nunca poderão transmitir os sentimentos, as dúvidas, as contradições em jogo de um determinado contexto, seja em uma revolução, em uma rua, em uma mobilização social ou em qualquer situação em que intervenham homens e mulheres.

Ao interrogar-se sobre os sujeitos na história, Paul Ricoeur (2007) tece uma crítica ao conceito cartesiano, que imprimiu ao sujeito moderno um caráter central, uno, como resultado da apreensão imediata da realidade. Segundo o autor, esse sujeito é construído ao longo do caminho da hermenêutica em que se constitui a vida humana⁶.

6 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Uni-

Ao entender a história como resultado de narrativas hegemônicas, totalizantes, ao tratar da problemática da memória e dialogar com os(as) historiadores(as), Ricoeur segue o caminho dos símbolos e das representações para a constituição desse sujeitos, apontando que os mesmos, ao serem excluídos da história, são resultado de narrativas, de uma realidade que não pode ser compreendida senão pelo discurso. A história, ao elaborar o conceito de verdade, impõe ao passado certos significados (não importando se tal “verdade” é realmente verdadeira). Foucault nos diz:

A história não está fora do âmbito do poder (...) é produzida apenas em virtude de múltiplas formas de repressão (...). Cada sociedade tem sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros (...). A verdade deve ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos

enunciados. A “verdade” está ligada a sistemas de poder, que a produzem e sustentam (...). Um regime de verdade”⁷.

O saber histórico está permanente motivado e inspirado no presente, o que permite escrever a história com uma disposição democrática, ou seja, tem facilitado que os povos, os grupos sociais, as mulheres, deixem seu sinal, sua visão sobre o presente e o passado. As sociedades têm o direito de construir seu passado e, em função dele, definir sua identidade.

A memória viva como fonte histórica tem um alcance muito maior que o estritamente relacionado com feitos e pessoas destacadas da cena política ou militar. Envolve também o cotidiano, o cultural, o particular envolvido no social.

Não há futuro para a história das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem ela não se pode construir nem resguardar a identidade. Até porque a memória é matéria prima da história, e a própria realidade é marcada por elaborações, interpretações que os sujeitos fazem dela, marcadamente subjetivas.

7 FOUCAULT, Michel. Idem, p.8.

A escrita da história requer habilidades determinadas, o uso de critérios e métodos próprios, porém isso não quer dizer que necessariamente se deva restringir ao campo dos especialistas. A sociedade em seu conjunto, como protagonista vital, não pode ser excluída dessa atividade. Do contrário, teríamos uma história incompleta parcializada, despojada das vozes dos grupos sociais – tais como as mulheres, os indígenas, afrodescendentes – sujeitos indiscutíveis de sua própria história. É por isso que a história oral dá às fontes orais um valor central e recupera deste modo um espaço para a história não oficial.

Percursos e influências da história oral nos estudos de gênero

Na década de 1960 quando foram dados os primeiros passos na história oral como metodologia de trabalho, construíram-se dois princípios que a avalizaram: o primeiro foi a equiparação da história oral com a democratização da prática histórica; o segundo foi a ideia de que a história oral daria voz aos silenciados, às classes subalternas, aos pobres, às mulheres, aos(às) camponeses(as), às minorias étnicas, entre outros grupos, permitindo o acesso à experiência histórica subjetiva⁸.

8 Para citar alguns nomes: JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da

Nesse período, os(as) historiadores(as) orais mantinham uma postura defensiva no debate acadêmico, sustentando o valor dessa nova prática nos cânones exigidos pela história, isto é, tratando de demonstrar objetividade, veracidade e confiabilidade da memória, assim como a possibilidade de generalização de fontes intrinsecamente pessoais.

A história como ciência e como prática social⁹ não se justifica por si mesma; por isso seria conveniente perguntar pelo lugar que ocupa o saber histórico na vida social. Assim como afirma Joana Pedro¹⁰, as mulheres, para “entrarem para a história”, tiveram que construir seu espaço com árduas lutas no campo acadêmico, profissional, político etc., desconstruindo as tradicionais formas da escrita da história – que

metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996; THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992; PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, dentre muitos outros.

9 Segundo Chartier “o desafio do historiador é entender a relação entre os textos disponíveis e as práticas que estes textos proíbem, prescrevem, condenam e representam”. Ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.95.

10 PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

priorizavam em suas narrativas sujeitos masculinos, oriundos de uma epistemologia pobre em relação ao acontecimento – que construíram uma história de prestígio do protagonismo masculino.

Tradicionalmente, a investigação histórica se manteve à margem de práticas sociais concretas excluindo de suas análises e interpretações setores da sociedade que historicamente foram marginalizados da vida pública. É difícil pensar como a história construiu barreiras tão fortes que excluíram as mulheres enquanto objeto de conhecimento histórico. A história tradicional privilegiou certos aspectos da prática social, principalmente os ligados à economia e à política, generalizando o devir histórico e impondo sobre o passado uma cultura histórica etnocêntrica e patriarcal.

No afã de objetividade científico-positivista, tem-se encarregado de extinguir e desarticular a relação com a prática social feminina na história, relegando-a ao silêncio e à invisibilidade. Ao falar sobre a escrita da história, Paul Veyne¹¹ insiste que a história é uma construção discursiva, na qual as informações historicizadas são recortadas pelo sujeito do

11 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Editora UNB, 1998

relato, enquanto “construtor de uma trama”¹², impondo seus valores, suas percepções ao narrar e recortar o objeto investigado.

Ao privilegiarmos a categoria gênero¹³ nos estudos históricos e na perspectiva de memória, estamos construindo uma síntese dinâmica das relações materiais, simbólicas, culturais e subjetivas, num tempo em que o passado se constitui como ponto de referência, uma fonte da qual se pode extrair as relações de gênero, econômicas, culturais, sociais presentes, dando a possibilidade de criticar radicalmente os discursos que construíram essa invisibilidade das mulheres.

Ao se debruçarem sobre o protagonismo feminino na história, os estudos de gênero passam a recuperar a singular-

12 Idem, p. 24.

13 Segundo Scott, “o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e realidade*. mulher e educação. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez 1990.

ridade e a arbitrariedade dos arranjos e estratégias usados em diferentes épocas para ditar o que poderia ser dito ou não em relação às mulheres. Na medida em que se oculta o passado a partir de estratégias de poder no presente, se obstaculiza toda uma prática de identificação do grupo e com ele a possibilidade de mudanças¹⁴.

Ao falarmos de gênero, nos situamos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado como um “através”, um meio pelo qual se organizam relações sociais, marcando experiências. Quem narra suas lembranças recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. Entretanto, dizer que lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero está muito distante de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na biologia ou, no âmbito do social, nos papéis sexuais.

Afirmar que o gênero marca as memórias – em narrativas biográficas ou em tradições orais – não é o mesmo que afirmar que as mulheres têm uma lembrança específica

14 DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

enquanto mulheres ou os homens enquanto homens, porque a biologia assim o determina ou porque a divisão sexual de papéis assim os define.

As discussões sobre memórias femininas e o uso de fontes orais para “resgatar” a “história das mulheres” que, informados pelos Estudos de Mulheres, proliferaram na década de 1980, explicitaram sua preocupação em dessencializar a memória feminina¹⁵. Porém, terminaram por fixar uma identidade: a categoria mulher que, enquanto tal, ficaria imune à historicidade.

Diversas perspectivas têm insistido na ausência de uma identidade coletiva das mulheres, mas, na tentativa de escapar de uma identidade ancorada nos componentes biológicos do feminino, acabaram por afirmar uma identidade na qual o social deriva do biológico.

É frequente ler afirmações que aludem a diferenças entre memórias masculinas e femininas que atravessam classes sociais, e que resultam das tarefas sociais enquanto homens e mulheres. Dizer que a mulher fala da família e o homem de outros assuntos é quase um lugar comum nestes

15 Exemplo disto é a publicação da mesa redonda *Histoire orale et histoire des femmes*, no *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent, Supplement* n. 3, 1982, e o Número do Penélope, n. 12, 1985, dedicado a *Mémoires des femmes*.

textos. Michelle Perrot¹⁶, ao discutir a possível “especificidade” da memória feminina, afirma que se trata de ancorá-la na natureza e no biológico, ela não existe. Entretanto, haveria uma especificidade, na medida em que as práticas socioculturais presentes nas operações que constituem a memória estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e o espaço, seria profundamente sexuada.

A autora considera que a memória é marcada e estruturada por papéis sociais. Papéis masculinos, desempenhados às vezes por mulheres, e femininos, que podem ser desempenhados por homens. Perrot conclui que a memória é diversificada de acordo com os itinerários individuais. Em suas palavras: “A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo (...), sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino”¹⁷.

Em termos de gênero, esta análise descola “papéis femininos” de “mulheres” e “papéis masculinos” de “ho-

16 PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 18, p.9-18, 1989.

17 Idem, p.11.

mens”. Parece-nos, entretanto, que é possível pensar a relação entre gênero e memória, complexificando-a mais, possibilitando a compreensão da multiplicidade de configurações de gênero que marcam a memória e nela se expressam. A ideia de que a memória está estruturada pelos papéis sexuais (papéis masculinos/ papéis femininos) entra em confronto direto com a perspectiva dos mais instigantes estudos de gênero. Uma perspectiva de gênero poderia, talvez, ser melhor compreendida através da noção de experiência (conforme a definimos anteriormente) do que o permite a teoria dos papéis sexuais¹⁸.

Assim como no movimento feminista, foi do interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. Estas foram inspiradas em sua maioria pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado no Brasil em 1990.

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pes-

18 KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. *Cadernos Pagu*. São Paulo, n. 8/9, 1997.

quisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero.

Se bem entendido, o gênero efetua uma ação não no plano dos papéis, mas no plano das categorias e dos agentes, e seria necessário então estar sempre aberto para ler o que está sendo dito pelo gênero. O referente “sexual” só estaria na pergunta que faríamos para delimitar essa diferença, distinguindo-a de outras diferenças. Uma vez isto respondido passar-se-ia às outras perguntas: como essa diferença é pensada, categorizada, explicada, incorporada nas ações e instituições, enfim, o que está sendo dito que o “sexo” é. E aí não é mais sexo, é gênero. Se as respostas encontradas afirmarem a importância do sexo biológico, estas seriam respostas culturais possíveis, mas não constituem o pressuposto de pesquisas orientadas pelas teorias de gênero.

Desde a perspectiva das teorias contemporâneas de gênero, as experiências singularizadas se tomam fundamentais para as quebras identitárias. E as recentes discussões sobre narrativa destacam sua particular eficácia na afirmação das singularidades.

A historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas exis-

tentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado. Dessa maneira, os setores marginalizados como o feminino foram por muito tempo participantes ativos da história, mas submergiram muitas vezes no anonimato, apresentados de forma intencional, como aquele grupo anônimo e sem consciência histórica, cuja dinâmica e evolução interna careciam por completo de valor para os historiadores “tradicionais”¹⁹.

Essa prática tem se transformado há várias décadas, sendo reivindicada por uma nova historiografia, uma nova interpretação sobre o uso da escrita na história²⁰ em relação aos distintos tempos, seja na cidade, entre os letrados, no povo, entre outros, à luz das questões de gênero através dos estudos de gênero e das minorias que nos conduzem a descobrir uma outra história do possível.

Para tal efeito tem sido levada a cabo uma profunda transformação na historiografia, que alcançou inúmeros aspectos do estudo da ciência histórica, os quais abriram o horizonte do conhecimento a extensa área não conhecida.

19 Sobre o anonimato e o silenciamento das mulheres ver: PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

20 CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: cultura escrita entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

Como um processo natural, a história libertou a ciência histórica de estruturas, métodos e interpretações, pois a tarefa de penetrar em novos aspectos das mentalidades, do cotidiano, do marginal, obrigava a sacudir as velhas práticas rígidas e patriarcais que impediram a incorporação de sujeitos na história.

Esse processo de mudanças significou romper estruturas, velhos arquétipos, e voltar às instâncias do saber marginal, do saber esquecido, o das mulheres, presentes – ausentes no plano de subjetividade histórica e no processo de humanização da história.

As realidades descritas pela história passam a ser questionadas em sua construção e interpretação levando a uma crítica epistemológica dos interesses dos grupos que a constroem e que se apropriam produzindo percepções e representações dessa mesma realidade.

Sara Beatriz Guardia²¹ (2005) nos aponta que a reconstrução do passado feminino supõe uma mudança radical no paradigma histórico, e nos leva a uma reformulação nas categorias de análise histórica, reescrevendo a história dentro de

21 GUARDIA, Sara Beatriz. *La escritura da história de las mujeres en la América Latina*. Lima: CEMHAL, 2005, p.21.

outros modelos interpretativos. Scott²² (2008), por sua vez, considera que a história social deva assumir a dimensão que considere a relação entre os sexos como fatores fundamentais do devir histórico, e que por isso as relações desiguais entre os sexos são construções desiguais entre homens e mulheres e que estão presentes na produção dos mecanismos de desigualdade social. Segundo a definição de Scott, o gênero é uma construção histórica e um campo de articulação das relações e de produção de significados de poder que opera não somente na diferença sexual, mas através da linguagem, nos discursos.

Ao questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de problemas onde estão inclusas categorias importantes para a historiografia: “o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o social, o político a criação e o pensamento simbólico”.

Nesse sentido, a história oral é parte do processo histórico. Quando falamos de história das mulheres, referimo-nos a um processo de tomada de consciência de si mesmo. Se um grupo ou um indivíduo pensa historicamente, faz

22 SCOTT, Joan. *Gênero y História*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

história oral. Ao narrá-la em si mesma cria um processo de identidade a partir da experiência da própria vida e dos sujeitos que a cercam e convivem.

Nesta perspectiva, a história oral, enquanto método, é signatária da nova história, que apresenta uma nova valorização das experiências femininas mediante uma nova forma de abordar a história, revisando modelos de significação que estavam impregnados em todos os grupos sociais, visibilizando os fatores distintos que afetam as mulheres.

Joan Scott²³ assinala que a história das mulheres deve ser escrita seguindo uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, colocar novas formas de interpretação, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda a diversidade e complexidade, mostrando como haviam atuado e resistido às circunstâncias impostas, inventariando as fontes com as que contamos, e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante em suas vidas²⁴.

23 Idem p.18

24 GUARDIA, Sara Beatriz, p. 23.

É por isso que, antes de ser escrita sua história, cada povo tem comentado, analisado, criticado e debatido seu devir histórico, no marco da perspectiva de sua própria subjetividade, que é sinônimo de um processo de assumir o acontecer. Sua própria subjetividade responde a toda uma colocação de vida e uma apreciação da realidade que não pode ser assumida por intérpretes, senão pelos próprios sujeitos.

A história oral existe e se fundamenta a si mesma na medida em que reconhece que o relato constitui uma das linguagens fundamentais do saber popular, pela sua capacidade para expressar de forma concreta ou figurativa os símbolos que estão presentes no interior da consciência coletiva e individual e que emergem como um testemunho de sua própria historicidade²⁵.

O relato oral na ótica de gênero constitui um objeto de uso coletivo que abre a possibilidade de visibilidade de histórias, opiniões, expressões, sentimentos e de crítica em espaços nos quais a história oficial não existia, ou seja, o íntimo, o privado, o gênero. Caberia assim uma pergunta: mas o que ganha a história com o registro oral desses grupos sociais?

25 PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

A história oral expressa um relato histórico coletivo e nos revela o encadeamento dos fatos, inserindo-se na densidade maior dos fatos de ressonância nacional, regional e local.

A história oral na ótica de gênero nasce como um conteúdo simbólico presente no imaginário coletivo que nos revela um atuar histórico que muitas vezes não foi percebido pela comunidade, ou mesmo pela história. Assim, podemos conhecer o sujeito da história, no caso das mulheres, conhecer a vida de trabalho e seu fazer cotidiano, não desde a interpretação de uma visão patriarcal de história, mas pela consciência própria dessas mulheres.

São elas que nos revelam seu protagonismo histórico, deixando-o penetrar na sua relação social com o passado, com o seu fazer histórico. Assim, pela oralidade podemos decifrar o processo interno que viveu cada grupo social, seus atores, e que serve de fundamento para reescrever a própria história, como também para combater as injustiças do passado.

Dessa maneira, a história oral, como forma legítima de consciência individual e coletiva, faz possível transformar a história, deixando ela de ser uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder. Ao reconstruir inúmeras histórias de sujeitos excluídos, esta-

mos visibilizando o melhor documento reflexo da criação da própria história desnudando as relações de poder e gênero ao longo do tempo.

A história das mulheres nos coloca desafios teóricos e metodológicos, porque seus caminhos foram perdidos. A história não se ocupou de registrá-las, e assim, ficaram escondidas na história da mesma forma que outros grupos marginalizados, como disse Gramsci ao se referir à história das classes oprimidas na obra *Os cadernos do cárcere*²⁶. Mas, se a história das mulheres foi apagada, como podemos conhecer sua maneira de viver o cotidiano, interpretar seus pensamentos, ações e emoções? Que sabemos delas se apenas restam tênues rastros que ainda “provêm do olhar masculino dos que governam a cidade, constroem sua memória e administram seus arquivos²⁷”?

AS MULHERES, A HISTÓRIA ORAL E A MEMÓRIA COLETIVA

Interrogar a nossa própria memória coletiva é em si um processo transcendente, pois nos faz buscar “verdades”

26 Apud Guardia, p. 23

27 DUBY, George; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

construídas pelos grupos que se projetam na história. Anterior aos movimentos de libertação feminina, do movimento feminista, essa projeção da história era dada por relações de poder bastante particulares, narrativas de uma memória desamparada de aspectos críticos sobre a sociedade e que nos levavam a fortalecer a identidade de um sujeito universal e sexista²⁸.

Ao abordar o cotidiano, ao contar sobre suas histórias, as mulheres passam a possibilitar um outro entendimento do passado, que leva a uma atuação mais crítica em relação ao presente e futuro. Ao possibilitar que outros sujeitos sejam participantes da história, desentranhamos a história por dentro, revelando e dando a conhecer as lutas e pensamentos forjados na experiência feminina da vida individual ou coletiva, que até o momento estava no anonimato.

Por tal motivo a recuperação da memória coletiva e individual das mulheres cumpre um fim bem específico – tornar possível a reconstrução e apropriação coletiva do passado, o que nos ajuda a compreender o presente histórico, favorecendo a formulação e reformulação dos projetos e realidades atuais.

28 Uma importante introdução ao tema podemos ver em: MATOS, Maria Izilda. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000.

A recuperação da memória feminina²⁹ nos ajuda a fortalecer os processos de discriminação e de resistência à hegemonia dos discursos de poder e de sistemas de representações androcêntricos presentes. Tais memórias nos revelam como a recuperação desses sujeitos coloca as mulheres num processo de retomada de consciência, demonstrando a identificação do sujeito coletivo com sua experiência no processo histórico.

A recuperação da memória numa perspectiva de gênero atua como elemento de libertação dos sujeitos frente à negação de sua identidade imposta historicamente pelo discurso universalizante e patriarcal. A negação desse passado feminino pela historiografia tem até o presente mantido esses sujeitos identificados com os modelos de consentimento ligados aos papéis da natureza, do privado, do cuidado. Ao se apossar de suas próprias histórias, as mulheres se apropriam criticamente do passado, o que leva a assumir os problemas do presente.

A história oral assume hoje, precisamente, esta busca dos sujeitos e de sua memória individual e coletiva modificando não apenas a interpretação do passado, mas as perspectivas do presente e do futuro.

29 PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2007

A história oral como ferramenta metodológica tem na memória das mulheres, através do relato, da entrevista, suas lembranças como fonte de múltiplos tempos. A história, como processo cognitivo, recupera pela análise do passado lastros de um tempo não escrito, fazendo das próprias mulheres sujeitos reconhedores de sua identidade, pela integração com a vida coletiva.

Pablo Pozzi³⁰ ressalta que o seres humanos em suas múltiplas raízes, familiares, étnicas, regionais, religiosas, partidárias, ideológicas, etc, tornam a sua vida uma totalidade, na qual entrecruzam diversas dinâmicas do viver. Dessa forma, memória e história são, cada uma a seu modo, registros dessa pluralidade, ao mesmo tempo em que são também antídotos do esquecimento.

Se a história, como epistemologia, fornece conceitos, símbolos, representações e métodos para a humanidade, há que se ter em conta, por questões de gênero, não considerar somente a experiência masculina, como efeito desse processo, mas também a feminina. Por isso a história tem que ser estudada com critérios femininos e pontos de vista que incluam o gênero.

30 POZZI, Pablo. *Cuéntame como fue. Introducción a la historia oral*. Buenos Aires; Imago Mundi, 2008.

Segundo Meihy³¹, a história oral enquanto método trabalha com indivíduos que compartilham diversas singularidades, como étnicas, sexuais, de trabalho, entre outras, cujas trajetórias não se encontram registradas nas fontes escritas. Assim, a história oral transita entre dois polos opostos, igualmente perniciosos, ou seja, a supressão da singularidade que leva ao obscurantismo, porque ignora o peso desses grupos de indivíduos nos processos sociais, e a ênfase na singularidade, que isola a história destes grupos do marco social em que se formam e desenvolvem, convertendo-lhes em casos especiais.

Para Portelli³² a história oral, que faz parte dentre muitas ferramentas metodológicas do conhecimento histórico, “tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo depois de reunido” (PORTELLI, 1997, p.16). Ao reconhecer como fundamentais cada indivíduo nesse cenário, a história oral rompe com

31 MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

32 PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral*. São Paulo: PUC, *Projeto História*, 15, 1997.

a tradição historiográfica calcada nos grandes feitos e heróis e passa a demonstrar uma historicidade de sujeitos até então invisíveis na sociedade.

Quem narra, presencia o relato de suas vidas, e faz em uma dupla qualidade de indivíduos singulares e de sujeitos coletivos. Cada uma delas é única, mas no caminho da construção da sua subjetividade têm sofrido a influência familiar, social, cultural, socioeconômica do meio em que viveram ou vivem. Como sujeitos singulares, encarnam de maneira única e irrepetível valores, modas, costumes, normas, mitos de ordem familiar, grupal, social, que as incluem no que fazem dentro de um contexto social que não é estático, pelo contrário, está continuamente afetado por contradições, rivalidade e tensões de seus membros.

A meta da história oral, segundo Barela³³, é trazer à expressão consciente a problemática ideológica do entrevistado, revelando o contexto cultural em que se transmite a informação, e assim transformar uma história individual em uma narrativa cultural e entender de maneira mais plena o que sucedeu no passado, possibilitando o afloramento de

33 BARELA, Lilitiana; MIGUEZ, Mercedes. *Algunos apuntes sobre historia oral y como abordala*. 2 ed. Buenos Aires: Instituto de Patrimônio Histórico, 2012.

múltiplas versões da história. Portanto, potencializa o registro de diferentes percepções sobre o passado, contribuindo para a construção de uma consciência histórica individual e coletiva das mulheres.

A memória e o silenciamento feminino

Todos aqueles que se vinculam ao fazer a história oral se questionam sobre o papel que a memória desempenha. Segundo Jacques Le Goff (1994), a memória é a capacidade de conservar determinadas informações, e remete a uma complexa função psíquica. Ela capacita a humanidade a ter condições de atualizar impressões e informações do passado, de compreender e produzir ideias, transmitir experiências e definir-se a si mesma, ou seja, intervém no processo social³⁴.

A memória como categoria de análise pode ser utilizada como ferramenta teórico-metodológica de distintas disciplinas e áreas de trabalho. Como categoria social se refere a diferentes atores e seus usos abraçam o social, o político e as conceitualizações, crenças do sentido comum.

Em relação aos usos da memória, como fonte de pesquisa, deve-se ter em conta certos eixos que surgem de se-

34 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

guintes questões: o sujeito que rememora e esquece, é um indivíduo ou uma sociedade? Com respeito aos conteúdos, o que se recorda e o que se esquece? E, por último, como e quando se recorda³⁵?

O passado sempre é ativado num presente e em função de expectativas futuras. Na prática da história oral se coloca a questão do modo em que se configuram os conteúdos da memória dos sujeitos entrevistados. Halbwachs aponta que a capacidade humana de recordar nos permite evocar e recuperar a memória para incorporar seus conteúdos ao ritual social da conversação³⁶. Nesse sentido, como afirma Janaina Amado³⁷, há um acerto dos historiadores orais quando consideram as fontes da memória como percepções sociais dos feitos que estão imersos nos processos e contextos sociais mais amplos, pela busca dos sentidos sociais se retorna um objetivo pertinente e possível.

Sem dúvida existe um problema: a pouca atenção que se outorga ao caráter dialógico da situação da entrevista. A

35 BARELA, Lilita. *Algunos apuntes sobre historia oral y como abordarla*. Buenos Aires: Instituto Patrimônio e Instituto Histórico. 2012.

36 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

37 AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGC, 1996 p. 24.

memória é produto da situação da entrevista, é uma configuração solicitada ao narrador e produto de uma relação social concreta entre pesquisador e entrevistado. As memórias se constroem e se organizam, na vontade de incursionar o sentido das vivências do passado no propósito de expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente narradas para dar conta da trajetória de vida pessoal em sociedade. Por isso, conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão, e traz à luz uma história silenciada.

A construção de lembranças envolve a utilização de códigos culturais compartilhados. Apesar de as memórias pessoais serem únicas e irrepetíveis, uma pessoa nunca recorda sozinha, sempre está imersa em uma ordem coletiva que a contém. Dizemos que as pessoas falam – cada vez – como sujeito individual e coletivo, então, quando criam e transmitem suas lembranças, o faz a partir dessa dupla condição. A lembrança coletiva pressupõe e se expressa somente a partir da recordação individual. Sem a presença de ambos fica impensável a formação da consciência e, portanto, da memória coletiva histórica³⁸.

38 Michael Pollak, no artigo *Memória esquecimento, silêncio* nos afirma que

Tal questão nos leva ao questionamento sobre o peso que a história das mulheres tem nos processos de construção da memória. Maurice Halbwachs (2006), referência obrigatória sobre os processos de construção da memória coletiva, nos afirma que as memórias estão sempre marcadas socialmente.

(...) para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum³⁹.

“ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade”. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3, 1989.

39 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.p.39.

Tal como afirma o autor, esses marcos da memória estão ligados à família, à religião, à classe social, e são portadores de representações da sociedade, de suas necessidades e valores. Incluem uma visão de mundo e ditam muitas vezes através de relações de poder os sentidos das identidades de gênero, da própria história, etc.

Por isso, a memória, na história das mulheres, é uma reconstrução desde o presente. Mais que uma recordação, é uma interação com o passado e o presente, e está culturalmente e coletivamente marcada por representações de gênero, porque é produzida por sujeitos que determinam o que é ou não verdadeiro na cultura⁴⁰ – o que não encontra sentido dentro desse quadro, ou se esquece, ou silencia-se, como o caso da história e das memórias das mulheres.

As memórias de mulheres inseridas em grupos sociais, sejam étnicos, produtivos, culturais, políticos, entre outros, constroem um conjunto de memórias compartilhadas socializadas através de seu gênero. O coletivo dessas memórias está marcado por tradições herdadas e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados.

40 Sobre as marcas da cultura na história feminina ver: SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

Quando mulheres narram acontecimentos de que foram participantes, o coletivo está na sua maneira de narrar, na sua interpretação, no seu pensamento. Para Portelli (1997), a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a história, constitui-se também como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente⁴¹.

Ao se lembrarem do passado, as mulheres selecionam certas lembranças que as põem em relação com os outros, esses são parâmetros de identidade que ressaltam certas marcas de identificação grupal e ao mesmo tempo de distinção com outros e que se convertem em marcos sociais para enquadrar as memórias, dentro de uma temporalidade ainda em construção. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007),

escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da

41 PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na História oral. Projeto História,15, São Paulo, 1997.

temporalidade, que é o presente, o(a) historiador(a) tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro⁴².

Ao abordarmos a memória coletiva numa perspectiva de gênero podemos ver que ela possui um movimento de recepção e transmissão. Esse movimento é o que forja a memória do grupo, e o que estabelece o contínuo de sua memória. A memória definida desta maneira não se trata de um acúmulo de conhecimentos, datas, referências, objetos, pelo contrário, está formada por práticas culturais, tradicionais, valores, ritos, modos de relação, símbolos, crenças, determinados muitas vezes por representações do que é ser homem e mulher na história, definindo sua identidade.

Um dos efeitos da prática social da memória é naturalizar as identidades sociais, as formas pelas quais os grupos de mulheres se definem a si próprios e pelas quais elas são definidas por outros grupos. As identidades só se definem por meio de um processo de construção da diferença, processo que é fundamentalmente cultural e social. Ao perpetu-

42 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007, p. 33.

ar pela história, a memória de um certo grupo social produz a diferença e portanto a identidade, que leva a práticas de significação do que seja homem ou mulher, em que os significados são impostos por relações de poder.

É nessa conexão entre poder, memória, representação e identidade que os grupos historicamente subordinados contestam precisamente a normalidade e a hegemonia de identidades e papéis sociais impostos. Nesse campo de contestação, as identidades reprimidas, sejam elas mulheres, indígenas ou negros, passam a lutar pelo controle da produção dessas representações e ao mesmo tempo buscam romper com as narrativas hegemônicas que ditam suas identidades⁴³.

A constatação de Joan Scott (1995) expressa bem esse processo: a discriminação e a exclusão não são resultado da diferença, mas a diferença que é o resultado da discriminação⁴⁴.

A memória, tal como a identidade, tampouco é um produto final acabado. Ela é objeto de incessante construção. Os resultados dessa construção, como práticas de signi-

43 SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. São Paulo: Autêntica, 2005.

44 JOAN W. SCOTT. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. Élvio A. Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2002

ficação a que está vinculada, são sempre determinados por quem a produz, quem tem o poder de nomear. Como diz Stuart Hall (2003,p.74), deve-se pensar na identidade como uma “produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é constituída no interior, e não fora, das representações”. Além disso, esse processo de formação da identidade versus memória está sempre referido ao “outro”, à diferença⁴⁵.

A história oral, como parte da dinâmica da resistência cultural, significa para a história das mulheres e os estudos de gênero, abrir-se a outros sujeitos históricos, vigentes na história, reconhecendo que a história oficial é uma instância parcial que marginaliza outros sujeitos, outros processos, outras narrativas, e que oferecem um discurso de poder válido como oficial, mas, sem dúvida, são apresentados como uma espécie de cultura e história clandestina.

Esse quadro de referência mostra como a memória é estruturada pelos papéis sociais e que há todo um conjunto de elementos que interferem na reconstituição do passado, como as diferentes trajetórias pessoais e os fatores objetivos e subjetivos, que não podem ser desconsiderados.

45 HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Eclea Bosi (1994) em seu estudo sobre memórias de velhos explica que, em relação à política, a informação dos militantes é sem dúvida mais rica e pormenorizada, em comparação com a dos simples espectadores. Isto também se pôde perceber nos relatos das mulheres que compuseram este trabalho. Aquelas que tinham maior envolvimento social e/ou político se mostravam mais interessadas em registrar suas histórias, acrescentando-lhes pormenores que consideravam importantes de serem registrados – o contrário de outras mulheres que estavam mais centradas no espaço doméstico e familiar.

O conhecimento no campo das ciências humanas acerca do objeto e as questões dele emanadas ganham mais fôlego devido à percepção das significativas mudanças observadas nas sociedades contemporâneas, diante de novas conjunturas que romperam com as certezas epistemológicas do cientificismo, reforçadas pela intensa subjetividade do “pós moderno”. Ele se situa no bojo das revisões que questionam a presença dos paradigmas universalistas e homogêneos bem como de teorias sociais excludentes. O sujeito anterior ao século XX constrói sujeitos múltiplos nesse século.

A memória das mulheres está submersa no âmbito de comportamentos e experiências de memórias coletivas não permitindo que se evidenciem as identidades, subjetividades

que foram silenciadas e ignoradas. Não estou querendo mais uma vez colocar em pauta a questão da verdade de uma história, mais deixar fluir verdades, dar espaço para histórias no plural.

Michelle Perrot faz uma crítica muito rigorosa à ideia de feminino como um ser dominado, ou ainda àqueles que consideram que as mulheres, por terem uma herança simbólica e histórica de invisibilidade, se constituiriam um sexo “frágil”⁴⁶. A história de vida capta a dinâmica, as características e os parâmetros da cultura individual. Através dela é possível perceber como o sistema sociocultural afeta o comportamento individual, os valores e a autoimagem. Por outro lado, o indivíduo afeta a comunidade em que vive atuando como uma fonte de mudança cultural significativa. A história de vida fornece o aspecto social, o psicológico e a interface entre ambos.

Das narrativas podemos extrair as bases sociais que formam a identidade, o poder da sociedade em pressionar para o conformismo ou para a ruptura em relação aos papéis de gênero. Os sem voz foram silenciados sem consentimento. São pessoas não ouvidas porque seus pontos de vista

46 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2007.

são tidos como não importantes. São alados devido a um estigma social ou status inferior: pobres, mulheres, crianças, deficientes, homossexuais, minorias étnicas, religiosas e um “eterno etc.”⁴⁷.

Para romper com a tradição do silêncio, os pesquisadores buscam um novo conjunto de imperativos na condução das pesquisas com e sobre os silenciados. O conhecimento pode e deve ser produzido, apropriado e utilizado pelas pessoas comuns, produzido num contexto político de solidariedade, mutualismo e relações não hierárquicas.

Tanto história oral quanto história de vida parecem orientadas a uma ciência com postura de ativismo social. Maria Izilda Matos⁴⁸ atesta com propriedade que alguns fatores explicam a maior presença de mulheres nos estudos acadêmicos dos últimos anos, tais como a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho e suas lutas pela igualdade de direitos.

Vale destacar também que o trabalho da história oral junto às mulheres resgata um nível de historicidade⁴⁹ que

47 _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.30.

48 MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2005; MATOS, M. I. S. (Org.); SOLLER, M. A. (Org.). *Da invisibilidade ao gênero*. 1. ed. São Paulo: NEM/PUC-SP, 2003, v. 1, 250 p.

49 PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero

comumente era conhecida através da versão produzida pela historiografia oficial. Na medida em que os depoimentos são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que as mulheres têm das suas vidas e do mundo ao redor.

Por sua vez, várias autoras brasileiras, como Margareth Rago, Maria Izilda Matos, Rachel Soieth, Roselane Neckel, Joana Maria Pedro, entre outras, têm contribuído para o conhecimento da história das relações de gênero, focalizando a maneira como o gênero se constitui num ponto de apoio para constituição de subjetividades, políticas públicas e relações com a história. A história enquanto representação do real se refaz, se reformula, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes.

A elaboração da história está sempre voltada para o que se expressou ou se manifestou de forma pública ou privada. Essa manifestação, no ato mesmo de se projetar na sociedade, adquire, ao ser tratada historicamente, uma dimensão cronológica e ao mesmo tempo temática que em, principio, não resgata a dimensão do vivido que o acontecimento ou o fato provocou.

na pesquisa histórica. *Revista de História*, v. 24, n.01, p. 77-98, 2005.

Interrogar a sociedade, pôr-se à sua escuta, é em minha opinião o primeiro dever do(a) historiador(a). Em lugar de se contentar com a utilização de arquivos, ele deveria antes de tudo criá-los e contribuir para a sua constituição: pesquisar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho. O(a) historiador(a) tem por dever despossuir os aparelhos do monopólio que eles atribuíram a si próprios e que fazem com que sejam a única fonte da história. Não satisfeitos em dominar a sociedade, esses aparelhos (governos, partidos políticos, Igrejas ou sindicatos) acreditam ser sua consciência. O(a) historiador(a) deve ajudar a sociedade a tomar consciência dessa mistificação.

Considerando estas reflexões, temos feito esforços no sentido de produzir tais documentos com o objetivo de criar arquivos de fontes orais e imagéticas que permitam ampliar aspectos da reflexão a propósito das especificidades desses grupos e contribuir para o conhecimento das novas experiências na História brasileira⁵⁰.

Para nós, parece que o caminho mais abrangente na construção dessa relação entre história oral e memória inclui

50 Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento regional da pesquisa, e também um reforço epistemológico, fortalecendo a missão da UFGD enquanto instituição pública na construção de saberes.

o exame crítico sob a ótica de gênero. As análises efetuadas sob o olhar das relações de gênero desvendam conflitos, possibilitam vislumbrar um sentido duplo nas interpretações da história das mulheres.

Nesse sentido, a experiência pode ser comunicada porque não implicaria apenas em ações e sentimentos, mas também em reflexões sobre ações e sentimentos. Com esta noção de experiência, poderíamos capturar as narrativas das mulheres sobre suas experiências e incorporar suas interpretações, apontar junções e disjunções temporais, mudanças e continuidades, tradições e rupturas⁵¹.

Ao privilegiar a experiência tendo como recorte empírico trajetórias em diferentes tempos, nos defrontamos com algo que já foi e sobre o qual se fala. Deste modo, ao se tratar de experiências narradas, torna-se crucial levar em conta também a temporalidade interna às próprias narrativas. Expor, contar, referir, dizer, registrar, por em memória (e, portanto, lidar com a temporalidade) são elementos semânticos constitutivos do termo narrar.

Isto já foi apontado por Walter Benjamin. Mas, como acrescentar a estas histórias de vida as conceitualizações de

51 KOFES, Suely; PISCITELLI; Adriana. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. *Cadernos PAGU*. São Paulo, n. 8/9, 1997.

gênero? Tomemos, em primeiro lugar, memória e gênero. A memória, se considerada como lembrança e esquecimento ancorados no presente, seria, para os mais cientificistas, uma fonte inviável para a reconstituição do passado. Mas, se deixamos de lado as preocupações positivistas dos trabalhos de história oral interessados em desvendar o que “verdadeiramente” aconteceu no passado, é possível perceber a riqueza oferecida pelas memórias⁵².

Segundo Halbwachs, nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente⁵³. Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas.

O que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, nas palavras de Halbwachs, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas na medida em que os grupos mudam.

52 Como é expressa nos primeiros trabalhos de Paul Thompson, por exemplo, a primeira edição de *The voice of the past: oral history*. Oxford University Press, 1978; *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

53 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda/Vértice, 1990.

Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social, uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos. Mas se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado.

Entretanto, seria possível levar em conta o “vaivém” entre presente e passado e a singularização do social presente nas trajetórias individuais sem necessariamente cair nas armadilhas de uma procura de reconstrução do passado ou aquela de partir de uma noção de indivíduo para em seguida ter que situá-lo socialmente. Ainda mais, para o segundo caso, se considerarmos que a própria ideia (e ideal) de indivíduo pressupõe um social que a afirme. Parece-nos mais adequado, portanto, falar em recriação e em experiências. Ora, nessa interação entre passado e presente, nessa recriação através das experiências diversificadas dos sujeitos pressupomos a atuação de gênero.

Lidar com as narrativas nos parece um meio de encadear experiências femininas, memória e gênero. Mas não é suficiente afirmar que os elementos deste encadeamento – as experiências, as memórias que as recriam, dotando-as de temporalidades específicas, e as narrativas através das quais são transmitidas – são marcadas pelo gênero.

As histórias de vida, dentro do leque maior da História Oral, abarcam procedimentos e aproximações extremamente diversos. A preocupação com critérios de verdade e de história “objetiva” ou verdadeira afetaram algumas de suas perspectivas tanto quanto influenciaram o estudo das tradições orais⁵⁴. Linhas de pensamento preocupadas com dados factuais confiáveis e representativos desprezaram as autobiografias porque, entre outros motivos, nestas é impossível escapar da “perversão da verdade produzida pelo jogo da memória com o passado”. Também algumas linhas que promovem o trabalho com histórias de vida tratam de controlar, através de diversidade de mecanismos, a “verdade” dos dados levantados para evitar os perigos implícitos na memória.

54 Uma ampla descrição das diferentes perspectivas na América Latina é oferecida em: CAMARGO, Aspasia Hippolito; ROCHA, Valentina de. Histórias de vida na América Latina. *BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 16, p 5-24, 2 sem. 1983. Paul Thompson também atribui à influência de Malinowski o estancamento do trabalho com histórias de vida no período entre as duas guerras. O argumento de Malinowski era que as tradições orais não tinham valor virtual como história, na medida em que sua função era justificar e explicar o presente: o mito não seria uma história falsa, nem a narrativa de uma realidade morta. Seria a afirmação de uma realidade maior e parcialmente viva. Para Thompson, os argumentos de Malinowski, apesar de aplicarem-se mais à tradição oral que à história de vida, inibiram também o desenvolvimento desta última. THOMPSON, Paul. *The voice of the past: oral history*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

Porém, é possível afirmar que na atualidade existe certo consenso sobre a riqueza oferecida pelo trabalho com histórias de vida. Esta reside em outorgar um lugar de privilégio à experiência vivida, em sentido longitudinal, e em possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas, através de articulações temporais. Neste sentido, o trabalho sobre as experiências dos sujeitos é fundamental para a compreensão dos atores a partir de seus próprios pontos de vista e para a compreensão de processos sociais mais amplos que os indivíduos^{55 56 57}.

55 PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina: a mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*. ANPUH/Marco Zero, 18, 1989; PERROT, Michele. *Les sources orales pour l'histoire des femmes*. in: une histoire des femmes. est-elle possible? Paris: Rivages, 1984.

56 Veja-se: CAMARGO, Aspasia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. Dados, *Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, p. 5-29, 1984; LANGNESS, L. Usos potenciales de la historia de vida en antropología. In: BALAN, Jorge. *Las historias de vida en ciencias sociales: teoría y técnica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, p. 153-175.

57 O trabalho com histórias de vida, precisamente por centrar-se na “experiência”, seduziu particularmente investigadoras(es) interessadas(os) em trabalhar com uma antropologia e uma história “das mulheres”. As histórias de vida foram utilizadas intensamente, consideradas como fontes primárias para o conhecimento de vidas femininas até então silenciadas. Chegaram a ser consideradas o “método feminista por excelência”, pela possibilidade que ofereciam no sentido da compreensão ampla e profunda das consciências femininas garantindo um ponto de vista sexuado. GEIGER, Susan N. G. Women’s life histories: method and content. *Signs - A Journal of Women in Culture and Society*, v. 11, n. 2, p.335-351, 1986.

Numa perspectiva antropológica, a parte excluída no processo de depuração das tradições orais – histórias de vida e tradições (ou partes) de tradições orais que remetem a normas e generalizações – é, precisamente, a mais promissora. Ela se integra nas zonas “sombreadas” – tomando emprestadas palavras de Passerini⁵⁸ – onde é possível encontrar sentidos. Precisamente por isto, a subjetividade inerente a umas e outras pode dificultar a classificação externa dos dados que elas proporcionam à maneira de “coisas” distribuídas nítida e equidistantemente no espaço e no tempo. Porém, dotadas pela densidade da experiência, abrem o caminho para interpretações.

Thompson⁵⁹ enfatiza o caráter de transformação que a memória engendra uma vez que ela possibilita, ao sujeito que rememora, a partir da reconstrução de análises do já ocorrido, traçar novos horizontes até então não imaginados. Por essa perspectiva, a memória desempenha o papel de catalisadora, carregando com ela um grande potencial transformador. Neste processo, o historiador aprende, na entrevista, a ouvir, a se relacionar com pessoas de classes sociais diferentes e a se envolver em histórias que retratam

58 PASSERINI, L. (Org.). *Storie oralle: vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne*. Torino: Rosenberg e Sellier, 1976.

59 THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

momentos sociais de quem as conta. E para isso esclarece que o historiador oral precisa ser “um bom ouvinte, e o informante, um auxiliar ativo⁶⁰”.

A memória oral das mulheres rema contra a maré, pois estão desprovidas muitas vezes de poder, resultado de práticas de dominação que Pierre Clastres registra, de maneira bastante precisa, como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar⁶¹” As mulheres mais velhas hoje se agarram a fiapos da sua memória familiar, para não deixar morrer a memória coletiva, sua história de vida e de movimento social construtor da história.

Desta forma, a história oral tem se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos na área de história social e cotidiano das mulheres com especial ênfase na história delas. Para Thompson,

até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito

60 Ibidem, p. 43.

61 CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.106.

frequentemente transcorreu sem ser documentada (...). O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta (1992, p. 134)⁶².

Perspectivas

A história oral é uma ferramenta metodológica especialmente útil para a História das Mulheres e os estudos de gênero. Através da palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem dos silêncios da historiografia. A palavra é como uma expressão, como comunicação e como uma forma de favorecer a alteração da situação e condição das mulheres. A contribuição da história oral é reconstruir a identidade feminina sob a ótica das relações de gênero.

Quando estamos agindo em determinadas situações, atuamos como mulheres/homens e reproduzimos imediatamente as relações de gênero, a partir de uma experiência e uma expectativa cultural específica (que ao mesmo tempo reproduzo pelo viés das representações). A história oral é uma

62 ALBERTI, V. *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20 ago. 2013.

atividade que resgata o cotidiano, as histórias individuais e coletivas, na qual o sujeito não só reconstrói sua História de vida, mas ao mesmo tempo reconstrói sua identificação social com um determinado gênero.

Ao considerar que é na sociedade que o indivíduo torna-se sujeito, conforme Lauretis (1994), o sujeito no feminismo seria um vir a se constituir, engendrando-se;

... um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual... um sujeito engendrado não só pela experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido⁶³.

A história tem negado o protagonismo e a história feminina. Nosso desafio pela história oral é desvelar a potencialidades, criar vias de expressão, reconhecer as limitações que a “realidade” coloca e construir um olhar crítico sobre os atores sociais marginalizados. Por outro lado, a história

63 LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Trad. Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

oral constitui como prática a instância mais viável de conhecimento para a história das mulheres no tempo presente.



Bibliografia

ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

_____. **Ouvir, contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BARELA, Liliana. **Algunos apuntes sobre historia oral y como abordarla**. Buenos Aires: Instituto Patrimônio e Instituto Histórico, 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Formas e sentido**: cultura escrita entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUBY, George; PERROT, Michele. **História das mulheres no ocidente**: antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

GUARDIA, Sara Beatriz. **La escritura da História de las Mujeres en la América Latina**. Lima: CEMHAL, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A memória coletiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda/Vértice, 1990

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** São Paulo: Contexto, 2007.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998;

KOFES, Suely; PISCITELLI; Adriana. Memórias de histórias femininas, memórias e experiências. **Cadernos Pagu.** São Paulo, n. 8/9, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996;

MATOS, Maria Izilda. **Por uma história da mulher.** São Paulo: Edusc, 2000, 2005.

MATOS, M. Izilda S. (Org.); SOLLER, M. A. (Org.) **Da invisibilidade ao gênero.** 1. ed. São Paulo: NEM/PUC-SP, 2003, v. 1, 250 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo: PUC, v. 10, 1993.

PASSERINI, L. (Org). **Storie oralle:** vita quotidiana e cultura materiale delle classi subalterne. Torino: Rosenberg e Sellier, 1976.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História.** São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História.** São Paulo: Edusc, 2007

_____. **Les sources orales pour l'histoire des femmes.** Une histoire des femmes. est-elle possible? Paris: Rivages, 1984

_____. **Os excluídos da história:** operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.30.

_____. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, n. 18, p.9-18, 1989.

POLLAK, Michael. Memória esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História.** São Paulo: PUC, 15, 1997.

POZZI, Pablo. **Cuéntame como fue. Introduccion a la historia oral.** Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Edunicamp, 2007.

SAFFIOTI, Heleíeth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução as teorias do currículo. São Paulo: Ed. Autêntica, 2005.

SCOTT, JOAN W. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Trad. Élvio A. Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e realidade:** mulher e educação. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez 1990.

_____. **Gênero y história.** México: FCE, Universidad Autonoma de la Ciudad de México, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** *história oral.* Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Editora UNB, 1998.

